XIII Salão de Iniciação Científica PUCRS

Análise Estrutural da Carreira e Remuneração dos Professores Municipais do Rio Grande do Sul.

Diego Altafini[1], Marta Luz Sisson de Castro[2], (orientador)

[1]*Faculdade de Ciências Econômicas, PUCRS,* [2]*Faculdade de Educação, PPGED, PUCRS.*

Resumo

Este artigo possui o intento de, através de um estudo de caso dos municípios de Glorinha e Westfália, analisar estruturalmente a sistemática da carreira dos professores municipais do Rio Grande do Sul e, a partir das conclusões acerca dos planos de carreira, discutir e estimar a continuidade e a qualidade da remuneração dos docentes nos municípios avaliados.

Para tanto, são utilizadas referências a indicadores econômicos e a métodos matemáticos, bem como apreciações teóricas em relação à legislação proposta e a real aplicação da mesma na progressão de carreira. As secretarias municipais de educação instituem os planos de carreira com o intuito de deliberar um modelo de progressão adequado ao profissional docente, bem como delimitar os arquétipos de sua remuneração. Todavia, o que se observa e é evidenciado pelo artigo é que os coeficientes nominais afirmados como verdadeiros no plano de carreira são diferentes dos coeficientes reais calculados.

Utiliza-se para calcular as variações dos Planos de Carreira é utilizada a técnica das médias móveis, de forma semelhante ao cálculo do Produto Interno Bruto Real e como indicador de comparação utiliza-se a inflação acumulada de 2008 a 2010. É definido um hiato de inflação, baseado no sistema de metas de inflação aplicado pelo Banco Central do Brasil. Neste hiato existem os limites inferiores e superiores (7,2 e 20,7; respectivamente), bem como a inflação meta (16,3). Além disso, foi montada uma equação que define os planos de carreira subdividindo, em função dos salários cada um dos seguintes fatores: Os vencimentos (o salário multiplicado por seu respectivo coeficiente de progressão), os pagamentos extras (abonos e gratificações trazidos ao valor do vencimento) e a diferença entre as vantagens e os descontos.

Os resultados, destarte, mostram que planejamentos em municípios gaúchos, posteriores ao ano de 2000 e baseados no modelo de construção teórico proposto por Mariza Abreu, possuem problemáticas sérias relacionadas aos coeficientes de progressão, isto é, a progressão nominal do plano de carreira é diferente da progressão real, esta decrescente. Logo as conclusões mostram que o problema, ao contrário do que a área acadêmica pensa e promulga, não são apenas os salários reais, mas sim toda a estrutura de progressão funcional dos planos de carreira.